



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

01 de abril 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 01/04/2015
Assunto: MP 198		Página: 08

DIÁRIO CATARINENSE

A DERROTA

O governo Colombo sofreu uma pesada derrota na Assembleia Legislativa. O deputado Mauro de Nadal, do PMDB, emitiu parecer contrário à admissibilidade da medida provisória 198, que trata da nova regulamentação dos professores ACTs. Deputados da base governista votaram contra a MP. Outros estavam ausentes. O líder Silvio Dreveck se absteve. A matéria pode ir hoje a plenário.

DIVISÃO

O parecer contra a MP 198 surpreendeu vários deputados da base do governo. Entre as alegações do relator Mauro Nadal, a de que não estava configurada a urgência para emissão da medida provisória pelo governador. Nos bastidores, a rejeição na Comissão de Justiça está sendo interpretada como outro sinal das divergências entre o PMDB e o PSD.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 01/04/2015
Assunto: Contas do governo		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

NA PONTA DO LÁPIS

Conselheiro Dado Cherem, relator do processo que vai analisar as contas do governo do Estado relativas a 2014, ainda nem teve acesso aos números que foram entregues formalmente ontem, mas já tem dois focos de atuação bem definidos. Quer evitar que se incluam os gastos com aposentadoria de professores para alcançar o percentual mínimo de 25% destinado à Educação como determina a Constituição de 1988.



Veículo: A Notícia

Editoria: Opinião

Data: 01/04/2015

Assunto: Fies

Página: 06

A NOTÍCIA

O impasse no Fies

O novo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, só assume no dia 6, mas já tem um desafio imediato: pôr fim ao impasse no Programa de Financiamento Estudantil (Fies), que espalhou intranquilidade entre os beneficiários do sistema, seus familiares e instituições de ensino. É evidente que dinheiro público, como o destinado a custear alunos carentes em universidades privadas, não pode ser distribuído sem critérios mínimos, definidos de forma transparente. Mas não há dúvida, também, de que

as bruscas mudanças nas regras foram feitas de forma atabalhoada e pouco clara, confundindo estudantes e universidades. Por isso, é preciso encontrar logo um jeito de consertar a trapalhada.

O fato concreto é que, num cenário de orçamento apertado, em grande parte por incompetência gerencial do setor público, o Fies vinha demandando recursos cada vez mais elevados. Essa, porém, é uma consequência natural e previsível, num país em que raros alunos concluem o Ensino Médio. Um número menor ainda consegue chegar à universidade. O governo federal tinha,



portanto, o dever de se preparar para a expansão e até mesmo de estimulá-la, como forma de ampliar o universo de brasileiros com curso superior.

As próprias contrapartidas, reforçadas às vésperas do início de mais um ano letivo, também têm aspectos discutíveis.

Dinheiro público não pode ser distribuído sem a exigência de contrapartidas mínimas.

Ainda assim, é preciso levar em conta que, pelos novos critérios, quem foi vítima de ensino de má qualidade tende a ser prejudicado, pela dificuldade de assegurar a pontuação mínima exigida no Exame Nacional

do Ensino Médio (Enem). É igualmente inadmissível que, mesmo alunos enquadrados nas novas exigências e inscritos em cursos com avaliação máxima não estejam conseguindo acesso ao crédito. Esse não pode ser o padrão de uma pátria que pretende ser educadora.

O país precisa de mais brasileiros com nível superior, entre outras razões, pelo fato de serem responsáveis pela formação de futuros profissionais. Por isso, é lamentável que o aperto nas contas públicas esteja entre as razões de uma mudança tão brusca e atrapalhada justamente numa área essencial como a educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Capa	Data: 01/04/2015
Assunto: MP 198		Página: 01

Notícias do Dia

Comissão rejeita a MP dos professores

A proposta do governo do Estado é desvincular o salário dos contratados temporários da tabela de carreira do magistério. Este é o principal ponto do impasse com o Sinte.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 01/04/2015

Assunto: MP 198

Página: 02

Notícias do Dia

Governo contra governo

Foi um teste para o governo do Estado a decisão de cinco dos seis integrantes da base que, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, ontem, votaram contra a admissibilidade da Medida Provisória 198, que altera a contratação de professores em caráter temporário, os ACTs. A derrota iminente só foi atenuada pelo presidente da Assembleia, Gelson Merisio (PSD), que retirou de pauta a análise vinda da CCI da avaliação em plenário, horas mais tarde.

Foi emblemática a manifestação do voto do presidente da CCI, deputado Mauro De Nadal (PMDB), ao considerar que a MP não apresentava pressupostos de urgência, fato só não seguido pelo líder do governo, Silvio

Dreveck (PP), que ensaiou um pedido de vista e teve a solicitação derrubada pelos colegas de comissão. Ficou sozinho, assim como está a administração de Raimundo Colombo, diante da grande maioria dos parlamentares, que avaliam como mal encaminhada a MP, no mesmo momento em que a própria Secretaria da Educação dedica-se a elaborar um projeto de lei sobre a nova carreira do magistério e que contempla os ACTs.

Tão evidente é este distanciamento entre Executivo e Legislativo que o governador Raimundo Colombo chamou os líderes da base para um café da manhã, a partir das 9h45 desta quarta, na Casa d'Agrônoma. O assunto é o ajuste da máquina pública, que

já foi conhecido como reforma administrativa. O primeiro passo do envio em pilulas a ser explicado aos deputados será os benefícios da fusão entre as agências públicas (Agesc e Agesan).

Enquanto a votação ocorria na CCI, o secretário Eduardo Deschamps (Educação) entrava em contato com o secretário Nelson Serpa (Casa Civil) por telefone. A conversa começou pela manhã e foi até a noite, quando Deschamps esteve no gabinete de Serpa, no Centro Administrativo. Mas já era certo que o entendimento do governo era aguardar e trabalhar no projeto da nova carreira, a prioridade, pois considera a MP sem chances de aprovação na Assembleia.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 01/04/2015
Assunto: Protesto	Página: 02	

Notícias do Dia

Calafrios

Deputado Narcizo Parisotto (DEM) quis conversar com professores a saída da CCI e chegou a ser empurrado por representantes dos educadores. O problema não foi maior porque um outro integrante do magistério, que assistia a reunião da comissão, saiu e disse aos demais: "Este votou com a gente". Lamentável, até porque apenas cinco policiais militares fardados faziam a segurança naquele momento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 01/04/2015

Assunto: MP 198

Página: 09

Notícias do Dia

Medida provisória dos ACTs é vetada

Professores temporários. Governo encaminhará nova proposta à Assembleia na próxima semana

Após a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) derrubar a medida provisória 198, que modifica a contratação de professores ACTs (admitidos em caráter temporário) no Estado, o governo deve reelaborar a proposta para encaminhar ao Legislativo na próxima semana. Segundo o secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, a reprovação da MP deve ser considerada na elaboração do novo projeto. "Vamos trabalhar na reorganização da proposta. Teremos menos recursos e teremos que mudar alguns itens que previam maior investimento aos professores de carreira" afirma.

Segundo o secretário, as mudanças previstas na MP-198 tinham como intuito uma maior valorização dos professores efetivos. Com relação à imposição imediata do salário, prevista na MP, o secretário lembra que a medida provisória tem esse caráter. "Isso é natural, a medida passa a valer [a partir] da assinatura do governador para depois disso ser avaliada, e aceita ou não pelo plenário" aponta.

Deschamps afirma que o plenário – que precisa ratificar a decisão da CCJ – ainda deverá determinar se haverá a correção do que havia sido aplicado. "Caso o plenário se posicione contra a medida, os deputados ainda devem definir como ficarão os en-

cargos durante o período em que a medida esteve em vigor" esclarece. Para evitar problemas, deve ser apresentado um decreto legislativo que mantenha válido o teor da MP até que a nova proposta chegue à Alesc.

Segundo o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), os professores grevistas permanecerão mobilizados não só contra a medida que diferencia os contratados temporariamente, mas também contra o novo plano de carreira proposto pelo Estado.

O parecer pela inadmissibilidade da MP 198, assinado pelo deputado Mauro de Nadal (PMDB), foi aprovado por maioria de votos, com a abstenção de Silvio Dreveck (PP), líder do governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 01/04/2015
Assunto: MP 198		Página: 27

Notícias do Dia

Complicado

Pois é, embora o governo tenha maioria na Assembleia, algumas derrotas não revelam independência, mas distância. Ontem, a MP 198 foi derrubada na Comissão de Constituição e Justiça. Isso significa, a grosso modo, que os professores ACTs terão aumento de salário em detrimento da descompactação de carreira. Não há margem de recursos. Ou seja, a MP foi editada para permitir a valorização, dentro de critérios criados pelo governo, dos professores efetivos. Essa decisão política, visando aproximação com a categoria, acabou gerando um problema para o governo, até porque não há clima em plenário para aprovação da MP. Sendo assim, já teve início estudo visando rever o plano de carreira que estava em curso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 01/04/2015
Assunto: MP 198		Página: Online



Sinte comemora rejeição da MP 198 dos ACTs

Os dirigentes do Sinte celebraram a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia de rejeitar a MP 198, que dava nova regulamentação jurídica aos professores ACTs da rede estadual. A maioria aprovou parecer contra a admissibilidade de autoria do deputado Mauro de Nadal, do PMDB. Deputados da base governista votaram com Nadal ou se ausentaram. Até o presidente em exercício do PMDB estadual, Valdir Cobalchini, votou pela rejeição da MP do governador Raimundo Colombo. O líder Sílvio Dreveck se absteve.

Leia a nota do Sinte:

"Com 4 votos pela inadmissibilidade e 3 pela aprovação a MP198 que altera a contratação e remuneração dos ACTs foi derrubada na manhã de hoje, 31/03, na Comissão de Constituição e Justiça. A volta da matéria a CCJ pegou os trabalhadores em educação de surpresa, mas mesmo assim um grupo de professores/as e lideranças sindicais estava acompanhando a sessão e fizeram um apitajo no hall de entrada da Assembleia Legislativa. Os Deputados se disseram em posição desconfortável diante do magistério e culpam o Centro Administrativo pela maneira como a proposta foi enviada ao Legislativo.

Com a possibilidade da medida ser encaminhada para apreciação no plenário, os trabalhadores em educação se mobilizaram pelas redes sociais e lotaram as galerias da casa. O Comando de Greve do SINTE estava em Lages para a primeira reunião de trabalho, entretanto ao saber de uma possível votação pela admissibilidade pelos parlamentares no plenário, imediatamente decidiram voltar a Capital para unir-se aos demais trabalhadores na mobilização.

Diante da pressão a medida provisória nem foi colocada na pauta da sessão de hoje, mas poderá voltar amanhã, prazo final, após isso a MP é arquivada, entretanto, o Governo ainda pode reedita-la após 60 dias da publicação. Os trabalhadores continuarão mobilizados na ALESC.

A reunião do Comando de Greve foi remarcada para amanhã de manhã, 01/04. Os representantes no comando de greve farão uma avaliação do movimento e os encaminhamentos das mobilizações para os próximos dias por todo o Estado. De acordo com o Coordenador Estadual do SINTE/SC Luiz Carlos Vieira, a greve vem ganhando cada dia mais adesões e apoios de várias entidades que desejam uma verdadeira mudança na educação do Estado, bem como, a valorização de seus profissionais."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 01/04/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



Deputado Rodrigo Minotto defende a greve do magistério

Oficialmente, o deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT) integra a base governista. No discurso, parece um legítimo opositor. Ontem, saiu em defesa enfática da greve do magistério:

— É inaceitável que se queira economizar na educação R\$ 40 milhões por mês. Educação não é gasto, é investimento. Se realmente o Governo do Estado precisa economizar, que comece pelo enxugamento das secretarias regionais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 01/04/2015
Assunto: Fies		Página: on-line



LIMINAR DETERMINA QUE RENOVAÇÕES SIGAM REGRAS VÁLIDAS EM 2014

Decisão saiu da Justiça Federal em Uberlândia e vale para estudantes de todos os estados brasileiros

Decisão liminar na Justiça Federal em Minas Gerais determinou que alunos com contratos já firmados no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) tenham garantida a renovação sob as mesmas condições de 2014. A decisão do juiz Bruno Oliveira de Vasconcelos, de Uberlândia, foi dada após o Ministério Público Federal ingressar com uma ação civil pública e vale para todo o país.

O Ministério da Educação já vinha informando por notas e em declarações do ministro interino Luis Claudio Costa que garante a renovação dos contratos de alunos que já estudavam com o Fies. São 1,9 milhões de estudantes.

A liminar em Minas Gerais não altera a imposição de limite de 6,4% nos reajustes de mensalidades para estes alunos que já têm Fies. "Deverão as instituições de ensino demandadas atender à limitação de reajuste da mensalidade no patamar de 6,4%. A União deverá promover, por meio público, os procedimentos de renovação ora garantidos, independentemente de consignação judicial dos valores", diz a decisão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 01/04/2015
Assunto: Vacinas		Página: Online



Comissão da Câmara aprova orientação escolar sobre vacinas

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (25), proposta que permite às escolas públicas e privadas solicitar aos pais de alunos até do 5º ano do ensino fundamental a apresentação do cartão de vacinação da criança durante a matrícula.

O objetivo é orientar as famílias cujos cartões estejam desatualizados sobre a importância da vacinação e os cuidados à saúde necessários às crianças. A medida está prevista no Projeto de Lei 3146/12, do deputado Weliton Prado (PT-MG). O texto aprovado é o substitutivo, de 2013, da Comissão de Educação. O substitutivo manteve a essência da proposta original, adaptando-a apenas à terminologia da legislação educacional vigente. Pela redação anterior, por exemplo, o pedido do cartão de vacinação seria feito aos pais de alunos com até dez anos de idade – o novo texto preferiu focar na etapa do ensino (5.º ano).

Caráter pedagógico

O relator na Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), defendeu a aprovação da proposta. Ele lembrou que o texto não condiciona a matrícula dos estudantes à apresentação do cartão de vacinação.

“Longe de ferir o direito de acesso do aluno à escola, visto que não é condição para sua matrícula, a medida tem um caráter protetivo da saúde da criança e pedagógico em relação aos pais”, esclareceu o relator. Ele acrescentou que a imunização regular de meninos e meninas previne doenças, o que pode diminuir o número de faltas e melhorar o desempenho escolar.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 01/04/2015
Assunto: Ministro da educação		Página: Online



Novo ministro da Educação fala em aproximar ensino ao mundo da cultura

Renato Janine diz ter recebido, nas redes, cobranças para haver disciplina nas salas de aula

Em sua primeira entrevista depois da indicação anunciada pela presidenta Dilma Rousseff para a pasta da Educação, o professor universitário e filósofo Renato Janine falou da sua visão da educação brasileira e da ideia de aproximá-la do mundo da cultura.

“Acredito na educação como libertação. Saber não é uma transmissão de conteúdos, não é uma padronização. Penso que um dos pontos importantes é como a gente aproxima isso do mundo da cultura”, disse em entrevista ao jornalista Alberto Dines, no programa Observatório da Imprensa, da TV Brasil, transmitido na noite desta terça-feira (31).

— O mundo da educação é muito mais regulado, porque há cursos, currículos, nota, diploma. Estou fazendo uma esquematização muito simples. O mundo da cultura, você pode ver [o filme] Lincoln, do [diretor Steven] Spielberg, é uma aula sobre escravagismo e abolição. Aula mesmo seria diferente.

Professor titular de ética e filosofia política da USP (Universidade de São Paulo), o ministro disse estar empolgado com sua nova missão e confessou que, para ele, foi uma “enorme surpresa” a indicação da presidenta para que ele assumisse a pasta.

— Estou empolgado. Foi uma surpresa. Realmente eu não esperava. Houve algumas postagens no Facebook em favor do meu nome, mas também em favor de outros nomes.

O futuro ministro acrescentou que, após receber a indicação para assumir a pasta, recebeu muitas mensagens. Um pequeno número delas cobrando disciplina na sala de aula e até a expulsão de alunos em determinadas situações.

— Olho e penso que eles estão falando de condutas horríveis, que não podem ser toleradas. Concordo. Mas a demanda principal é saber se se colocar ordem na bagunça vai resolver. Isto não existe. Este não é um projeto pedagógico, não é um projeto de país.

“No Brasil, há uma certa ideia muito antiga de que, com um homem providencial, autoritário, mal-humorado, despótico, tudo vai funcionar”, concluiu.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 01/04/2015
Assunto: MP 198		Página: Online

[Pelo Estado]

A MP da discórdia

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) votou pela inadmissibilidade da Medida (MP) Provisória 198. A MP foi apresentada pelo Executivo propondo tratamento diferenciado para a remuneração dos professores temporários (ACTs). De acordo com o relator da matéria, deputado Mauro de Nadal (PMDB), a decisão foi técnica. Ele explicou que não ficou comprovado o pressuposto da urgência, uma vez que a MP está parada na CCJ, por acordo de líderes das bancadas e governo, há vários dias. “Foi o que me pautou para emitir o voto. A Assembleia Legislativa, de forma autônoma, precisava dar uma resposta para a sociedade.” A aprovação na CCJ ocorreu por maioria e a expectativa era que a decisão da Comissão fosse confirmada em votação no Plenário ontem mesmo. Mas nem as galerias cheias de professores motivaram o presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (PSD), a colocar o assunto em pauta. A votação pode ocorrer hoje, na próxima semana ou a MP 198 pode até ser retirada pelo governo. No final da tarde, o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, teve audiência com o governador Raimundo Colombo para tratar do assunto. Ele revelou à *Coluna Pelo Estado* que o governo já trabalha com o entendimento que a MP não vai seguir em frente. A forma como isso vai ocorrer ficou para ser decidida somente à noite, em reunião de Deschamps com o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa. “A CCJ sinalizou que não há clima para que a Medida Provisória siga à diante e o governo vai respeitar isso”, disse Deschamps, que destacou que “a MP não estava lá de graça. Sendo rejeitada, significa dizer que teremos menos recursos para fazer a descompactação da tabela. A decisão da Assembleia favorece os professores ACTs em detrimento dos efetivos”. A MP 198 foi um dos motivos para a deflagração da greve dos professores da rede pública estadual pelo Sinte-SC. Dados oficiais da Secretaria da Educação indicam que a adesão média ao movimento grevista é de 10%.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 01/04/2015
Assunto: Matemática		Página: Online



OPINIÃO: MATEMÁTICA - ONDE ESTÃO OS GARGALOS?

"Apesar de o domínio da disciplina ser essencial à preparação dos jovens, avaliações revelam que o desempenho dos alunos não tem avançado", afirma Ana Luiza Amaral

Fonte: Correio Braziliense (DF)

A matemática continua sendo o grande bicho-papão nas escolas, não só para os alunos, mas também para os gestores públicos, que têm o desafio e o dever de garantir o que está determinado na Constituição brasileira: ensino público de qualidade para todos. Apesar de o domínio da disciplina ser essencial à preparação dos jovens para a vida social e profissional, avaliações nacionais e internacionais revelam que o desempenho dos alunos brasileiros não tem avançado.

Na última edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa 2012), coordenado pela Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), 67% dos alunos brasileiros na faixa etária dos 15 anos não ultrapassaram o nível 2 de proficiência, o que significa que só conseguem empregar algoritmos e fórmulas de nível básico. Na mesma direção, os resultados da Prova Brasil de 2013, disponibilizados pelo MEC, revelaram que apenas 9,3% dos alunos do 3º ano do ensino médio alcançaram desempenho adequado em matemática. O pior é que estamos regredindo, uma vez que na Prova Brasil de 2011 esse percentual era de 10,3%.

O baixo desempenho, sobretudo na matemática, compromete a formação técnico-profissional e impacta o avanço dos alunos em cursos superiores, como as engenharias, cruciais para a indústria e para o desenvolvimento do país. A formação docente, com certeza, é um dos obstáculos para a reversão desse quadro: a formação inicial carrega nas tintas das teorias e tem dificuldade de construir pontes entre elas e as práticas. O professor entra na sala de aula, muitas vezes, sem o devido preparo para exercer a tarefa do magistério e enfrenta dificuldades para possibilitar ao aluno uma aprendizagem plena.

Outro problema é a carência de professores. Há no país um deficit de licenciados em matemática em relação à necessidade nacional. A procura pelo curso vem diminuindo e a evasão nas licenciaturas é expressiva. Além disso, muitos que se formam optam por não trabalhar em sala de aula.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A formação inicial deficiente somada à carência de professores especializados refletem problemas didáticos: o Brasil não consegue avançar de uma perspectiva de ensino centrada na cópia e na memorização para outra que favoreça ao aluno posição ativa no processo de construção do conhecimento. Em grande parte das escolas, a matemática é ensinada de forma descontextualizada da realidade e do cotidiano dos alunos. Esse modelo passivo-reprodutivo, que ainda vigora largamente na esfera educativa, exclui a motivação e esvazia de sentido o processo de aprendizagem dos conceitos matemáticos. Os alunos não se encantam pela disciplina e muitos desenvolvem verdadeira aversão.

Aliada à falta de motivação, a dificuldade de leitura e interpretação enfrentada por boa parte dos alunos brasileiros agrava ainda mais os problemas. Muitos fracassam na matemática porque não conseguem nem sequer compreender o que pedem os enunciados das questões.

Outro aspecto que vale mencionar é a ausência da tarefa de casa que, apesar de ser reconhecida como importante instrumento de sistematização do conteúdo aprendido em sala de aula, nem sempre faz parte da rotina escolar. A aprendizagem da matemática requer fixação, por isso, professores e pais necessitam transformar a lição de casa numa atividade diária que deve ser acompanhada e cobrada.

Todos esses aspectos conduzem ao avanço dos alunos com acúmulo de conteúdos não aprendidos e sem a base necessária para assimilar novas aprendizagens, o que leva à reprovação e à evasão. O preocupante quadro do ensino médio é fruto, entre outros fatores, de lacunas pedagógicas herdadas do ensino fundamental, que dificultam que o aluno progrida no seu processo de escolarização. Como resultado, apenas 54,3% dos alunos que iniciam o ensino fundamental concluem o ensino médio aos 19 anos de idade. O fato é que, enquanto quase metade dos alunos ficar pelo caminho, a retórica da Pátria Educadora ainda estará distante de se tornar realidade.